

Relatório de Concretização do Processo de Bolonha

(no âmbito do artigo n.º 66º-A do Decreto-lei n.º 107/2008, de 25 de Junho)

**ESCOLA SUPERIOR DE
EDUCAÇÃO JEAN PIAGET
DE ARCOZELO (VISEU)**

ANO LECTIVO 2008/2009

Dezembro 2009

Introdução

Esta escola tem vindo, em mais de 15 anos de actividade, a desenvolver formação inicial e contínua de educadores e professores, bem como em outras áreas, como é o caso da Nutrição Humana. Até ao momento já diplomou mais de 2000 alunos nas diferentes especialidades.

O projecto Científico-Pedagógico desta Escola Superior de Educação, que tem como entidade titular o Instituto Piaget, desenvolve-se no modo mais inovador, de forma a desenvolver o fenómeno da Educação e a “Cidade Educativa”, uma nova dinâmica organizacional da gestão pedagógica, uma mais produtiva estratégia do ensino e da aprendizagem, a adopção de práticas metodológicas mais criativas, mais eficazes e humanizadoras face ao imparável progresso da investigação, à mudança dos paradigmas científicos e axiológicos, à incessante circulação do saber e da informação, à relativização e interacção dialógica das culturas, à aceleração dos ritmos sociais e históricos, à crescente interdependência dos povos, face, em suma, à necessidade que o País tem de vencer os seus ancestrais atrasos, promovendo o desenvolvimento e o progresso sectorial e global e dando resposta aos cruciais problemas que atingem o Homem, a Vida e o Mundo do nosso tempo.

A Escola Superior de Educação Jean Piaget / Arcozelo (Viseu) integrou-se no espírito de reforma do Ensino Superior português e europeu (vulgo “Processo de Bolonha”), e tem vindo a desenvolver nos últimos anos um conjunto de acções no sentido de conciliar a mudança de paradigma pedagógico no Ensino Superior com a sua própria visão organizacional e pedagógica.

A Escola tem cumprido, ainda, as directivas nacionais em matéria de estruturação dos seus cursos, conforme estabelece o novo quadro legislativo decorrente da adopção dos princípios da Declaração de Bolonha pelo Estado português.

Os cuidados desta Escola ao nível da sua (re)organização estrutural e pedagógica, tendo em vista a adequação dos seus cursos às novas exigências sociais, legais e de modelos de aprendizagem, estão no centro de um também novo edifício normativo que veio sendo construído, testado e aperfeiçoado ao longo dos últimos três anos. O quadro normativo da Escola recebeu um novo contributo com a aprovação e publicação oficial em 17/08/2009 dos novos Estatutos da Escola (Despacho n.º 19067/2009).

No presente Relatório são apresentados os indicadores possíveis que traduzem, no essencial, toda a dinâmica da implementação do chamado Processo de Bolonha nesta instituição, cuja informação se encontra organizada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho sobretudo no seu art.º 66º-A. O âmbito do Relatório consiste na descrição sobre a concretização do

Processo de Bolonha nesta Instituição, reportando-se ao ano lectivo 2008-2009. A referida legislação estabelece a substância do “Relatório de concretização do Processo de Bolonha”, nos seguintes parâmetros:

- 1) Os estabelecimentos de ensino superior elaboram, anualmente, um relatório acerca da concretização dos objectivos do Processo de Bolonha.
- 2) O relatório deve incluir informação sobre as mudanças operadas, designadamente em matéria pedagógica, no sentido de uma formação orientada para o desenvolvimento das competências dos estudantes, organizada com base no sistema europeu de transferência e acumulação de créditos (ECTS) e onde as componentes de trabalho experimental ou de projecto, entre outras, e a aquisição de competências transversais devem desempenhar um papel decisivo.
- 3) O relatório deve incluir informação e indicadores que evidenciem o progresso das mudanças realizadas na instituição e em cada curso e que o permita comparar com a evolução realizada em outras instituições que se constituam como referência.
- 4) O relatório deve incluir indicadores objectivos que considerem, designadamente, a evolução do peso das várias componentes do trabalho do estudante no número de horas de trabalho total, nomeadamente total de horas de contacto, componente experimental, componente de projecto.
- 5) O relatório deve ainda referir, designadamente:
 - a) As medidas de apoio à promoção do sucesso escolar;
 - b) As acções de apoio ao desenvolvimento de competências extracurriculares;
 - c) As medidas de estímulo à inserção na vida activa.
- 6) O relatório deve integrar o contributo dos estudantes e docentes, através de inquéritos ou outras formas de participação, acerca da concretização dos objectivos visados, a promover pelos conselhos pedagógico e científico ou técnico-científico.
- 7) O relatório é elaborado para os anos lectivos de 2006/2007 a 2010/2011, inclusive, e é publicado no sítio da Internet do estabelecimento de ensino até 31 de Dezembro seguinte ao término do ano lectivo a que se reporta.

Assim e no desenvolvimento do conjunto destes 7 pontos que constituem o corpo do artigo 66º-A, elaborou-se uma estrutura que veio permitir a fixação o mais objectivamente possível toda a informação relevante sobre o desenvolvimento do Processo de Bolonha nesta Instituição.

1. Identificação da Instituição

A vida numa instituição de ensino é particularmente rica em interações entre actores sociais, cada um com o seu estatuto, papel e desempenho. Interações harmoniosas em alguns casos, conflituosas noutros, de complementaridade ou concorrência, contudo, todas elas contribuindo para que simplesmente a Escola aconteça. E a forma como a Escola acontece enquanto espaço educativo, apesar de sujeita aos mesmos preceitos legais e indicações estatais, não significa um processo de uniformização e homogeneização relativamente às suas congéneres, antes pelo contrário, apesar de terem os mesmos sujeitos sociais (estudantes, professores, funcionários), as mesmas estruturas orgânicas, e programas pedagógicos aproximados, cada Escola tem a sua personalidade muito própria, demarcando-se das demais. A Escola Superior de Educação Jean Piaget / Arcozelo (Viseu) (adiante designada como ESE), enquanto Escola idêntica a todas as outras, acaba por ser uma Escola diferente de todas as outras, não porque aqui aconteçam práticas estranhas ao sistema de ensino, mas porque simplesmente a forma como a ESE recupera e reproduz as orientações da entidade instituidora, como funcionam os órgãos científicos e pedagógicos, como as relações pessoais ocorrem no quotidiano, como o espaço físico está estruturado, dão-nos um perfil particular.

A presente Escola foi inicialmente reconhecida pela Portaria nº 1213/93, de 19 de Novembro, constituindo-se como um estabelecimento de Ensino Superior Particular Politécnico, instituído nos termos do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo. Integra-se no *Campus* Universitário de Viseu tutelado pelo Instituto Piaget – Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, CRL. A Escola teve os seus primeiros Estatutos publicados através do Aviso nº 9377/99, de 26/05 (D.R. IIª Série, nº 122). Com a adequação ao novo quadro legal do Ensino Superior, nomeadamente por aplicação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (Lei nº 62/2007, de 10/09) foram aprovados os novos Estatutos, conforme publicados na forma de Despacho nº 19067, de 17/08 (D.R. IIª Série nº 158).

O *Campus* de Viseu do Instituto Piaget situa-se a cerca de 10Km da cidade de Viseu. A área coberta do espaço escolar, onde se insere, tem já cerca de 25000 metros quadrados, com todas as estruturas exigidas para a sua função. Nas instalações do *Campus* funcionam mais duas instituições de Ensino Superior: o Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares de Viseu, e a Escola Superior de Saúde Jean Piaget de Viseu.

No plano orgânico e funcional, a Escola Superior de Educação Jean Piaget / Arcozelo (Viseu) é uma estrutura social destinada à criação, desenvolvimento, transmissão e difusão da cultura, nomeadamente das artes, técnicas, ciências e demais saberes, que se orienta pelos seguintes objectivos:

- Participação, de forma activa e inovadora, no reforço do desenvolvimento humano, integral e ecológico, dos diferentes grupos etários e sociais, em cada sociedade, e das diferentes etnias, comunidades e povos;
- Promoção e defesa de um conceito e prática social do desenvolvimento, num sentido integral, diversificador, ecológico, humanista e criativo, de indivíduos e sociedades;
- Formação humana, ao mesmo tempo cultural, científica, técnica, tecnológica e profissional;
- Realização de investigação (“investigação-acção” e “investigação-formal”);
- Intercâmbio científico, técnico e cultural com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras;
- Contribuição para o desenvolvimento do País e, particularmente, da região de Viseu.

Para a prossecução dos seus objectivos, compete à Escola:

- Organizar e ministrar, nos termos da lei, cursos do Ensino Superior Politécnico;
- Promover e organizar acções de investigação e outros tipos de acções e pesquisa, de aplicabilidade intra e extra-institucional e, bem assim, todo o tipo de estudos conducentes a uma concretização, eficaz e alargada, dos objectivos da Escola;
- Realizar, nos termos da lei, cursos de especialização não conferentes de grau, de actualização de conhecimentos e outros que, dentro do espírito e orientação da Lei de Bases do Sistema Educativo e do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo que possam contribuir para o desenvolvimento do País e, mais concretamente, das regiões onde a Escola se insere;
- Colaborar com entidades públicas, privadas e cooperativas, tanto a nível formativo como de investigação, pela celebração de convénios, protocolos e quaisquer outras formas de acordo, sejam essas entidades nacionais ou estrangeiras, neste último caso, com preferência para a C.P.L.P.;
- Conceder graus e outros certificados e diplomas, bem como conceder equivalências, nos casos previstos na lei.

À ESE, como estrutura integrante do Instituto Piaget, cabe um papel determinante na reorientação do processo educativo, na base de uma matriz filosófica para um novo Humanismo, na procura de valores essenciais

2. Mudanças operadas na organização pedagógica

A ESE possui actualmente oito cursos de Licenciatura aprovados pelo Ministério da tutela, dos quais dois são cursos anteriores ao Processo de Bolonha e estão em fase terminal, e seis foram já aprovados ao abrigo daquele Processo. Destes, estão em funcionamento cinco cursos (um na área da Nutrição Humana e quatro na área da Educação).

A escola possui ainda três Mestrados aprovados, dos quais está um em funcionamento.

Estão aprovados pelos órgãos da instituição competentes nessa matéria três cursos de formação Pós-Graduada, dos quais estão duas em funcionamento, no presente ano lectivo e à data deste Relatório.

Finalmente, também está aprovado e em funcionamento um Curso de Especialização Tecnológica (CET) em Gerontologia.

A oferta formativa da Escola sofreu ajustamentos que decorrem da aplicação dos princípios fundamentais da Declaração de Bolonha e documentos orientadores conexos, e da legislação entretanto aprovada pelo Estado português.

Os órgãos competentes deste estabelecimento de Ensino Superior têm vindo a proceder à reorganização e aprovação do novo edifício normativo da Escola.

2.1. Cursos adequados ao processo de Bolonha

A adequação de cursos ao Processo de Bolonha, conforme decorre da aplicação da norma estabelecida no Despacho nº 7287-B/2006, de 31/03. Nesta Escola, a norma foi aplicada apenas ao caso de um curso, o qual passou de Bacharelato a Licenciatura mantendo o mesmo nome e duração.

A) Licenciaturas - 1º Ciclo de Graduação

Cursos	Ciclo de Estudos	ECTS	Despacho legal
Nutrição Humana Social e Escolar	1.º ciclo	180	Despacho nº 9288-D/2007, de 21/05/2007

2.2. Novos Cursos aprovados

A aprovação de novos ciclos de estudos foi feita ao abrigo da norma estabelecida no Despacho nº 7287-C/2006, de 31/03, e aplicou-se a várias propostas devidamente organizadas e remetidas ao Ministério da tutela, tendo sido aprovados até ao presente, cinco cursos de 1º ciclo de graduação (Licenciatura) e dois cursos de segundo ciclo de graduação (Mestrado).

A) Licenciaturas - 1º Ciclo de Graduação

Cursos	ECTS	Despacho legal
Educação Básica	180	Despacho n.º23847/2007, de 17/10
Educação Musical	180	Despacho n.º26970-M/2007, de 26/11
Educação Visual e Tecnológica	180	Despacho n.º2236/2008, de 23/01
Intervenção Social e Escolar	180	Despacho n.º7139/2008, de 11/03
Inglês e Espanhol	180	Despacho n.º12596/2008, de 05/05

B) Mestrados - 2º Ciclo de Graduação

Cursos	ECTS	Despacho legal
Educação Especial	105	Despacho n.º17066/2008, de 24/06 Despacho n.º22449/2009, de 09/10
Ensino de Educação Musical no Ensino Básico	105	Despacho n.º29504/2008, de 14/11
Ensino de Educação Visual e Tecnológica no Ensino Básico	120	Despacho n.º13758/2009, de 15/06

2.3. Outros Cursos

Para além dos cursos de 1º e de 2º Ciclos de graduação, previstos na legislação do Estado português, a ESE aprovou através dos órgãos competentes na matéria e tem em funcionamento cursos de formação pós-graduada, não conferentes de grau, bem como um Curso de Especialização Tecnológica (CET), também não conferente de grau académico, cujos Planos de Estudos foram conceptualizados e estruturados de modo a corresponderem às normas estabelecidas para os cursos de graduação, tendo em vista a possibilidade de reconhecimento e creditação para prosseguimento de estudos.

Os cursos organizados são os que a seguir se apresentam.

Cursos não conferentes de grau académico	Tipo
Tecnologias de Informação e Comunicação	Pós-Graduação
Administração e Gestão Escolar	Pós-Graduação
Educação Especial – Domínio de Intervenção Precoce na Infância	Pós-Graduação (Especialização *)
Educação Especial – Domínio da Visão	Pós-Graduação (Especialização *)
Educação Especial – Domínio da Audição e Surdez	Pós-Graduação (Especialização *)
Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor	Pós-Graduação (Especialização *)
Educação Especial – Domínio Cognitivo, Motor e Espectro do Autismo	Pós-Graduação (Especialização *)
Educação Especial – Cognitivo, Multideficiência e Surdocegueira Congénita	Pós-Graduação (Especialização *)
Educação Sexual	Pós-Graduação
Gestão e Animação de Bibliotecas Escolares	Pós-Graduação
Gerontologia	CET

Nota: (*) Curso submetido a acreditação por entidade responsável pela atribuição de título profissional (Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, para acreditação de formações na área da Educação, relevantes para o exercício profissional).

2.4. Estatutos e Regulamentos

Em respeito pelas disposições legais constantes no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (Lei nº 62/2007, de 10/09), esta ESE procedeu à revisão dos seus Estatutos, com aprovação e publicação dos novos Estatutos, conforme Despacho nº 19067, de 17/08.

Decorrente da legislação entretanto aprovada, dotou-se a instituição de instrumentos de regulação e orientação, designadamente:

- Estatutos da Escola, elaborado nos termos definidos pelo Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (Lei n.º 62/2007, de 10/09);
- Estatuto do Provedor do Estudante a que se refere o art. 25º, da Lei n.º 62/2007, de 10/09;
- Regulamentos de Orientação Geral e de Frequência e Avaliação para todos os cursos em funcionamento – art. 14º, do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24/03, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25/06;
- Regulamento para os Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso – art. 10º, da Portaria n.º 401/2007, de 05/04;

- Regulamento de Creditação – artigo 45.º do Decreto-Lei N.º 74/2006, de 24/03, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25/06.
- Regulamento de Avaliação da Capacidade para a Frequência do Ensino Superior dos Maiores de 23 Anos – art. 14º do Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21/03.

2.5. Programas das Unidades Curriculares

Aprovados os cursos (adequações e novos cursos) sob a supervisão do Conselho Científico deste estabelecimento de Ensino Superior, foram (ainda durante os anos lectivos de 2007-2008 e de 2008-2009, consoante os casos) designadas equipas de trabalho por áreas de ensino com a missão de se elaborarem os programas das diferentes Unidades Curriculares para os diferentes cursos.

Os programas das novas unidades curriculares que entraram em funcionamento com os cursos adequados ou criados no âmbito do Processo de Bolonha, procuram exprimir de forma muito clara, para docentes e estudantes, o espírito e a metodologia de organização pedagógica das unidades curriculares.

Para a elaboração dos referidos programas foi adoptada a seguinte estrutura: **Introdução; Objectivos; Competências; Conteúdos; Avaliação e Bibliografia**. Estes elementos da estrutura dos programas encontram-se devidamente harmonizados entre si, evidenciando-se a listagem das competências a adquirir pelo estudante no final da Unidade Curricular. Igualmente, foram incluídos nos programas, para além da indicação da unidade curricular a que respeita e a sua tipologia (anual ou semestral), o número de horas de contacto por tipo de ensino: Teórico; Teórico-prático; Prático e laboratorial; Trabalho de Campo; Seminário; Estágio; Orientação tutória.

Os programas das unidades curriculares foram elaborados de forma colaborativa por equipas de docentes das respectivas áreas científicas, das diversas Escolas do Instituto Piaget em que existem cursos com essas unidades curriculares.

Naquele processo procurou-se respeitar duas preocupações fundamentais na gestão académica:

- A capacidade de proporcionar um tratamento e uma formação dos alunos semelhante, entre Escolas do mesmo tipo e na mesma instituição (Instituto Piaget) – Neste sentido, as equipas definiram os tópicos 1 a 6, antes citados;
- A liberdade de gestão pedagógica por parte dos docentes responsáveis pela leccionação – Neste domínio, a metodologia de leccionação e o processo de avaliação foram deixados à consideração dos responsáveis pela leccionação, sendo respeitados os instrumentos de avaliação e os limites de ponderação estabelecidos nos normativos da(s) Escola(s).

Em seguida, os programas foram aprovados pelo Conselho Científico desta Escola (bem como de todas as Escolas nas quais essas unidades curriculares estavam previstas).

3. Indicadores de mudança

3.1. Na instituição

Como indicadores de mudança, explicita-se de seguida um conjunto de recursos criados que traduzem as alterações entretanto introduzidas e que o processo de Bolonha suscitou na Escola como reforço da qualidade das aprendizagens. É aceite na Escola que as metodologias devem valorizar a experiência do aluno e a sua formação tanto nas sessões presenciais como em todas as actividades a realizar no âmbito da formação, tendo-se sempre presente a mudança do paradigma de ensino que o processo de reestruturação desencadeia, ou seja, o corte com um modelo passivo baseado na aquisição de conhecimentos, para um modelo baseado no desenvolvimento de competências, onde o estudante assume uma componente mais activa na construção do seu próprio conhecimento e competências.

Assim, descrevem-se em seguida os recursos mais significativos, entretanto criados e implementados no âmbito da instituição, tendo em vista todos os cursos, alunos e docentes:

- **Plataforma Moodle** – Projecto de educação *online* da instituição com a utilização da plataforma Moodle;
- **Software de Gestão Administrativa e Pedagógica** (SOPHIA – Porta 7) – constitui uma plataforma *online* disponibilizada aos alunos conferindo acessibilidades de uma secretaria virtual (pagamento de propinas, inscrição em exames, consulta de contas correntes, formalizar pedidos de certificados e outros documentos, consulta de notas ...)
- **Projecto FUNIBER** – Fundação Universitária Ibero-americana (FUNIBER) que se enquadra no universo da educação a distância e presencial. Tem três eixos fundamentais: promover a criação de Mestrados e Cursos a distância; apoiar e desenvolver projectos de cooperação internacional; Desenvolver soluções de formação sob medida para empresas.
- **Serviços de Documentação e Informação** (SDI) – Os Serviços de Documentação e Informação (SDI) são unidades especializadas que têm por missão potenciar a gestão integrada e a difusão selectiva da informação e documentação, visando o apoio bibliográfico e documental à investigação, à docência e ao desenvolvimento curricular, de todos os cursos ministrados nos Campus Universitários da Instituição, em Portugal e a nível internacional. Disponibilização de pesquisa online de obras bibliográficas.
- **Associativismo Estudantil** – Apoio das Direcções às associações de estudantes no desenvolvimento do plano de actividades, nomeadamente na organização de eventos, colóquios, conferências, jornadas ou outras actividades.

- **Ligação com os antigos estudantes** – Questionários que constituem instrumentos de autoavaliação de boas práticas
- **Trabalhadores estudantes** – Formas de organização e frequência do ensino adequadas à sua condição de valorização das competências adquiridas no mundo do trabalho. Funcionamento de cursos em horário pós-laboral.
- **e-U – Campus Virtual** – Iniciativa da Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP – protocolo que integra os campus das instituições de ensino superior do país num único campus virtual, com acesso sem fios a banda larga e desenvolve serviços, conteúdos e aplicações para estudantes, professores e investigadores
- **Programa ERASMUS** – Acolhimento de jovens de instituições de ensino superior estrangeiras. Protocolos com essas instituições para acolhimento dos nossos estudantes.
- **Disponibilização de meios e acessibilidades** – E-mail institucional disponibilizado a alunos e professores, com o objectivo de troca de informação, facilitando o debate, discussão e esclarecimento de dúvidas.

3.2. Em cada curso

Os recursos indicados no ponto anterior deste Relatório não se circunscrevem a um curso em particular, mas a todos os cursos, alunos e professores da instituição.

Em todo o caso, podem ser indicados alguns aspectos de estrutura e funcionamento dos cursos que revelam as diferenças entre os novos cursos, e os métodos de trabalho associados, e os cursos que os precederam.

Um aspecto central no processo foi a redução da carga horária presencial, com transferência de esforço formativo (e simultâneo reconhecimento de um trabalho antes feito mas nunca contabilizado) para o estudante em meio extra-lectivo. Esta medida, se por um lado corresponde a um objectivo operacional do Processo de Bolonha, traduzindo também um reforço da formação dos estudantes para a auto-responsabilização sobre o seu percurso académico, constitui também uma mais-valia que completou a abertura do Ensino Superior a mais estudantes, nomeadamente através do acesso para os “Maiores de 23 Anos”, na medida em que permite a muitos trabalhadores-estudantes organizar o seu tempo de estudo e de trabalho e, deste modo, conciliar preocupações de exercício profissional e de desenvolvimento académico (e profissional).

Com a criação de uma formação básica, ao nível do 1º Ciclo de graduação, comum para os percursos na área da Educação de Infância e do Ensino Básico (Licenciatura em Educação Básica), e a transferência da responsabilidade de formação pedagógica e didáctica específica para aquelas áreas (formação profissionalizante) para o 2º nível de graduação, deixou de haver estágios no 1º Ciclo de graduação. Os estágios (Iniciação à Prática

Profissional) servem para um contacto com entidades da área educativa (como escolas do ensino básico) mas numa perspectiva de observação, compreensão e análise das estruturas do sistema educativo e dos processos organizacionais e de gestão escolar associados.

No curso de Licenciatura em Educação Musical a mudança acima mencionada permite que os estágios (Iniciação à Prática Profissional) sejam uma oportunidade para o contacto com uma maior diversidade de entidades onde os processos educativos (por exemplo, orfeões) e de animação (por exemplo, associações culturais e recreativas, Teatro Viriato, ACERT – Tondela) no domínio da Música ocorram, mesmo sem a estrutura e normas do ensino oficial em meio escolar; permite, também, que os estudantes contactem com as escolas numa perspectiva de observação e compreensão de todo o processo de organização e gestão escolar, deixando-os mais aptos a compreender as condições normativas e outras circunstâncias de trabalho que os esperam no âmbito de um estágio de 2º Ciclo de graduação, específico e profissionalizante.

O curso de Licenciatura Inglês – Espanhol registou uma procura maioritária da parte de licenciados com cursos de Inglês ou associações de línguas com a componente de Inglês, que procuram a aquisição de competências que permitam a sua reorientação e progressão profissional. Daqui resulta que se trata de um grupo de estudantes particularmente motivados e que procura formas complementares de ensino face ao sistema tradicional de ensino estritamente presencial, o que é explorado através da inclusão formal em todas as unidades curriculares de orientações tutoriais.

No curso de Licenciatura em Nutrição Humana, Social e Escolar foi particularmente notada a redução da carga horária presencial, com aumento da percentagem de formação prática presencial em diversas unidades curriculares, o que requer uma cuidada selecção das matérias teóricas e maior estímulo ao trabalho autónomo dos estudantes, seja na forma de trabalho individualizado, seja na forma de trabalho colaborativo. Esta mudança era, contudo, um anseio para o processo de adequação do curso, que decorria da avaliação que vinha sendo feita ao longo dos anos pelos órgãos de gestão pedagógica e pelos estudantes. Um outro aspecto significativo de mudança, em termos da organização e metodologia pedagógica aplicada nas unidades curriculares deste curso, está presente na adopção de práticas do tipo *problem-based learning*, sobretudo em unidades curriculares do 3º ano.

Neste curso, a adopção de unidades curriculares em regime “à distância”, em simultâneo com o curso homónimo de outra Escola do Instituto Piaget, permite garantir a comparabilidade da formação ministrada nas duas Escolas da mesma entidade instituidora.

3.3. Comparação com outras instituições

Uma apreciação breve dos relatórios produzidos por outras Instituições de Ensino Superior Politécnicas, quer do sector Público, quer do sector Privado, no ano lectivo anterior e publicadas nos respectivos sítios *Web*, permite verificar que esta ESE está em sintonia com essas entidades no que se refere a um conjunto de preocupações e de medidas gerais, do ponto de vista organizacional e pedagógico, de que podemos dar como exemplo a criação de oportunidades educativas a novos públicos, profissionalmente condicionados, através de sistemas de “ensino à distância” na forma de *blended-learning (b-learning)*.

Uma particular concordância de metodologia de concepção e aplicação das medidas é registada ao analisarem-se os relatórios produzidos pelas outras três Escolas Superiores de Educação do Instituto Piaget. Tal decorre da discussão interna sobre problemas comuns e da partilha de soluções, bem como de docentes e até de equipamentos virtuais, entre Escolas que apesar da sua individualidade e autonomia pedagógica partilham a mesma filosofia educativa.

4. Indicadores objectivos

4.1. Indicadores por curso das várias componentes de trabalho do estudante

A) Licenciaturas - 1º Ciclo de Graduação

Cursos em funcionamento	Horas de Contacto							Horas de Tr. Aut. (8)	Total de Horas
	T (1)	T-P (2)	Lab (3)	Est (4)	Sem (5)	OT (6)	TC (7)		
Educação Básica	680	1040	170	160	-----	-----	60	2560	4670
Educação Musical	600	900	320	160	-----	180	60	2340	4560
Educação Visual e Tecnológica	880	970	30	160	-----	30	60	2450	4580
Inglês/ Espanhol	608	1050	380	-----	-----	840	-----	1822	4700
Nutrição Humana Social e Escolar	1230	50	520	460	-----	-----	80	2350	4690

Legenda:

(1) Teóricas; (2) Teórico-Práticas; (3) Práticas Laboratoriais; (4) Estágio; (5) Seminário; (6) Orientação Tutoria; (7) Trabalho de Campo; (8) Trabalho Autónomo.

B) Mestrados - 2º Ciclo de Graduação

Cursos em funcionamento	Horas de Contacto							Horas de Tr. Aut. (8)	Total de Horas
	T (1)	T-P (2)	Lab (3)	Est (4)	Sem (5)	OT (6)	TC (7)		
Educação Especial	220	370	-----	-----	36	36	-----	1993	2655
Ensino de Educação Musical no Ensino Básico	330	370	-----	450	-----	30	20	1435	2635
Ensino de Educação Visual e Tecnológica no Ensino Básico	160	400	60	300	36	124	-----	1325	2405

Legenda:

(1) Teóricas; (2) Teórico-Práticas; (3) Práticas Laboratoriais; (4) Estágio; (5) Seminário; (6) Orientação Tutórica; (7) Trabalho de Campo; (8) Trabalho Autónomo;

5. Outras medidas

A mudança na organização estrutural e pedagógica dos cursos, a par da mudança no quadro global de alunos que frequentam os cursos, salientando-se os “novos públicos”, de que se destacam os alunos que acedem ao Ensino Superior pelo regime de “Maiores de 23 Anos”, os alunos que interromperam os cursos, começaram a trabalhar e agora reingressam para o completar, e os trabalhadores-estudantes, em número crescente, tornou mais premente a necessidade de adopção de mecanismos de apoio aos estudantes em matéria de frequência e de aprendizagem.

Dentro deste parâmetro de apreciação, incluímos medidas de apoio à promoção do sucesso escolar, enquanto questão central que se coloca a todo o Ensino Superior, acções de apoio ao desenvolvimento de competências extracurriculares e, ainda, de inserção na vida activa. Vejamos cada uma destas medidas de apoio, que se encontram em fase de estruturação e implementação.

a) As medidas de apoio à promoção do sucesso escolar

O insucesso escolar e a taxa de abandono escolar no Ensino Superior têm sido mencionados como aspectos preocupantes sobre a capacidade efectiva das instituições de Ensino Superior para garantirem o desenvolvimento das competências de oportunidade social e profissional dos estudantes. Assim, esta instituição tem vindo a promover novas práticas de apoio aos estudantes, com o principal objectivo de contribuir para minimizar o fenómeno do insucesso e do abandono escolar.

Verifica-se, ainda, que é nos primeiros anos de formação inicial que mais se verifica o abandono. Nesta conformidade, a instituição tem vindo a promover e a apoiar acções que desenvolvam medidas reparadoras de carácter social e organizacional:

- Apoio e acompanhamento aos estudantes que sentem mais dificuldades de afirmação no Ensino Superior, sobretudo, aqueles que ingressam através do acesso para candidatos maiores de 23 anos e ainda estudantes com Necessidades Educativas Especiais;
- Articulação curricular e metodológica dos programas das unidades curriculares leccionadas nesta instituição, com o currículo nacional do ensino secundário, impedindo, assim, o choque de conteúdos e nível científico entre os estudantes nos primeiros anos e facilitando a sua transição para o ensino superior, sem prejuízo das preocupações de rigor científico e dos objectivos de desenvolvimento das metodologias de estudo;
- Acolhimento e acompanhamento dos novos estudantes, com disponibilidade permanente das Coordenações de Curso e da Direcção da Escola para apoio imediato e orientação dos estudantes;
- Acompanhamento do percurso académico dos estudantes, desde a sua entrada no Ensino Superior até à sua saída;
- Introdução no processo de ensino/aprendizagem de ambientes inovadores, apoiados em programas informáticos e recursos digitais, que conduzam os estudantes à própria exploração, compreensão e aplicação de conceitos diversos, das várias unidades curriculares leccionadas (do que se destaca a utilização cada vez mais alargada da Plataforma “Moodle”);
- Formação inicial de docentes para utilização da plataforma de ensino “à distância”, e formação de “e-regentes” para as unidades curriculares leccionadas com recurso à plataforma, conferindo a um quadro nacional de docentes competências de utilização da plataforma e de aplicação das ferramentas informáticas e multimédia à gestão pedagógica das unidades curriculares (formação certificada para efeitos profissionais);
- Formação gratuita dos estudantes para utilização da plataforma de ensino “à distância”, sendo esta formação de dois níveis e dirigida prioritariamente aos estudantes inscritos nas unidades curriculares leccionadas em modo virtual, mas disponível para todos os estudantes interessados.
- Residência estudantil para estudantes deslocados da sua residência familiar;
- Gabinete de acção social e escolar que apoia os estudantes, entre outras, na candidatura a bolsas de estudo e a outros subsídios de acção escolar;
- Gabinete médico e de apoio e acompanhamento psicopedagógico, através do estabelecimento de protocolos entre a instituição e clínicas;

- Ajuste do horário de funcionamento de diversos serviços de modo a proporcionar aos estudantes a oportunidade de usufruir desses serviços (biblioteca, secretaria, reprografia, livraria, bar ...);
- Investimento crescente na tradução e publicação selectiva de obras (Editorial Piaget) de relevo nos domínios que vêm sendo mais desenvolvidos através dos cursos em funcionamento ou em preparação.
- Desconto de 50% na Livraria da instituição, sob o preço de qualquer obra das edições do Instituto Piaget (as edições do Instituto Piaget disponibilizam inúmeros livros e manuais em diversas áreas).
- Acesso virtual a bases de dados bibliográficos em várias áreas do conhecimento científico, em complemento do acervo físico da biblioteca.

É de salientar, no ano lectivo 2008-2009, o desenvolvimento de um modelo de tutorias, a nível experimental, aplicado a estudantes com unidades curriculares em atraso o qual se pretende expandir a todos os estudantes.

O reconhecimento e valorização dos tempos de estudo autónomo e a definição de tempos para **orientação tutória** (seja expressamente no plano de estudos, seja na organização interna da Escola) provocaram nos alunos um questionamento e uma nova consciência sobre o seu próprio papel e responsabilidade no desenvolvimento dos conhecimentos teóricos e das competências de análise e técnicas nos domínios de especialização associados à área científica dos cursos que frequentam. Notamos que isto resultou, desde logo, numa maior exigência dos alunos sobre os docentes, em termos da orientação para pesquisa com particular ênfase nos sistemas de informação virtual, de que destacamos as bibliotecas digitais como a “*b-on*”, além de outras em áreas científicas específicas (exemplo, a *Medline*). Neste campo, é de realçar o trabalho que vem sendo realizado pelos Serviços de Documentação e Informação (SDI), com a possibilidade de experimentação e adopção efectiva de **acessos a bases de dados internacionais de revistas científicas** em diversas áreas, de modo a cobrir as necessidades específicas das várias áreas de formação na Escola.

A implementação de uma **plataforma de “ensino à distância”** é uma experiência iniciada nesta Escola há cerca de três anos, de início com a plataforma *Formare* e actualmente com a plataforma *Moodle*. O sistema tem vindo a ter uma aceitação crescente por parte dos docentes, os quais têm recebido formação organizada para toda a instituição, e apoio individualizado a nível local, no *Campus*. A plataforma não tem apenas servido para um contacto mais fácil entre docentes e alunos, mas também para criar oportunidades de estudo e aprendizagem a estudantes com condições especiais de participação no Ensino Superior, nomeadamente trabalhadores-estudantes.

No ano lectivo de 2008/2009, sequência das iniciativas do ano lectivo anterior, o projecto de Educação Online no Instituto Piaget (IP) teve um maior impulso, envolvendo a partir daí (a nível nacional) 242 docentes e um total de 1066 horas de formação nas 12 escolas da instituição; foram ainda efectuadas três acções de formação nacionais para docentes, que a seguir se apresentam.

– **“A Utilização da Plataforma Moodle a partir dos Pressupostos de Bolonha”**.

Acção de formação de 50 horas (25 horas online e 25 horas presenciais - 3 sessões de 6horas + 1 sessão de 7horas). Esta acção de formação destinou-se aos docentes pioneiros dos diversos *campi* do IP e teve por objectivos: (1) propiciar um espaço de reflexão sobre a prática docente e estabelecer um paralelo com os novos pressupostos do processo de Bolonha; (2) analisar a configuração actual da própria disciplina disponível na Moodle e a sua adequação aos novos paradigmas de aprendizagem; (3) produzir colectivamente materiais de carácter científico-pedagógico.

– **“Actividade Colaborativa por Projecto”**.

A acção de formação teve 20 horas *online* e 5 horas presenciais. Teve como objectivo oferecer um espaço de partilha e de troca de experiências de modo a que o docente pudesse conceber e disponibilizar um projecto que envolvesse actividade colaborativa através dos recursos da plataforma Moodle.

– **“As TIC em Contexto Educativo”**.

Através desta acção de formação de 25 horas, pretendeu-se que os docentes utilizassem as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) em contexto de ensino-aprendizagem numa perspectiva sócio-interaccionista, na qual o estudante é um ser activo, participativo e objecto final da acção de formação.

Estas transformações provocam alterações a vários níveis: pedagógicos (relativos às estratégias de ensino-aprendizagem), tecnológicos (computadores, recursos audiovisuais e multimédia) e organizacionais (planeamento da estrutura e suporte ao estudante). Assim, o “Projecto de Educação Online do Instituto Piaget – Portugal” teve um crescimento e a estrutura que o suportava também, nascendo o **“Piaget Online”**. O Piaget Online é uma unidade das Escolas do Instituto Piaget - Portugal - que enquadra todos os aspectos (técnicos, pedagógicos, burocráticos) relacionados com a educação online na instituição. Através da plataforma do Piaget Online [<http://moodle.ipiaget.org>], a equipa prepara unidades curriculares (UC) para o estudante poder frequentar, na modalidade semi-presencial, o seu curso de licenciatura ou de formação pós-graduada. Com o intuito de conseguir um óptimo desempenho, em termos do processo de ensino-aprendizagem, as unidades curriculares sustentam-se num modelo pedagógico activo, centrado no estudante. Apostam na criação de comunidades virtuais que permitam novas formas de interacção, de comunicação e de aprendizagem, quer

através da disponibilização de fóruns de discussão, criados para o efeito em cada tópico de estudo, quer através de *chats*, tendo em conta os diferentes estilos cognitivos de aprendizagem.

Para a concretização do projecto, foi decidido que as unidades curriculares da matriz institucional do Instituto Piaget a nível nacional (unidades curriculares transversais a todos os cursos) seriam leccionadas na metodologia de *blended learning*, com grande ênfase nos momentos não presenciais e no trabalho autónomo do estudante.

As unidades curriculares *online* têm, além do Docente, um Tutor que o auxilia. O Tutor é alguém que domina as questões técnicas da plataforma e auxilia na mediação a distância. Com estes dois profissionais especializados, estão asseguradas as condições para a docência em ambiente de educação *online*. Além disto, todas as unidades curriculares são previamente estruturadas com o objectivo de manter a coerência e a consistência gráfica, para uma maior ergonomia e usabilidade do sistema.

Como usam a modalidade semi-presencial, as unidades curriculares têm momentos *online* e momentos presenciais. Para os momentos online o Docente disponibiliza aos estudantes os conteúdos a abordar, independentemente do lugar onde estejam. As etapas de ensino são pré-programadas, divididas em módulos, e são utilizados diversos recursos como textos e imagens digitais (ou digitalizadas), vídeos, correio electrónico, *links* para fontes externas de informação, áudio, etc. Os estudantes podem aceder quantas vezes desejarem, procurando informações adicionais *online*, enviar perguntas, etc. Os momentos presenciais servirão para explorar o que os estudantes aprenderam individualmente.

A par desta significativa transformação, o Piaget Online preparou uma grande intervenção a nível nacional junto dos seus estudantes de dois tipos de formação:

- Nível I - *questões técnicas na plataforma Moodle* - formação presencial (6 horas) com o objectivo de “proporcionar o domínio técnico da plataforma Moodle” do ponto de vista do utilizador.
- Nível II – *ser estudante online* - formação não presencial (12 horas) com o objectivo de “desenvolver as competências necessárias para ser estudante *online*”.

Estes dois momentos de formação foram considerados essenciais para que o estudante conhecesse o ambiente virtual de aprendizagem onde irá desenvolver a sua actividade, familiarizar-se com as ferramentas de comunicação e com os modos específicos de participar em ambiente *online*.

Em síntese e numa perspectiva global sobre a Escola, a utilização da plataforma reveste dois níveis: repositório de conteúdos lectivos (passivo), utilização que ainda está a ser feita por alguns docentes; conversão ao modo virtual de unidades curriculares com leccionação integral ou da maioria da carga lectiva através da plataforma (incluindo em muitos casos

conteúdos “práticos”), seja na forma de leccionação integral “à distância” (*e-learning*), seja maioritariamente na forma mista (*b-learning*).

Outra iniciativa disponível consistiu na elaboração de **guias de apoio ao estudo** para unidades curriculares, onde se procura através de exemplos, estudos de caso, questões dirigidas e sugestões de pesquisa, complementar o ensino presencial e orientar o aluno no estudo, tendo em vista o desenvolvimento das competências que se procura alcançar com cada unidade curricular. No caso particular das unidades curriculares “à distância” a adopção dos Guias Pedagógicos Semestrais (GPS), é considerada essencial para a contextualização, esclarecimento e organização geral dessas unidades curriculares.

b) As acções de apoio ao desenvolvimento de competências extracurriculares

A diferenciação do currículo, comum nos ensinos básico e secundário, começa a implementar-se fortemente no ensino superior. O envolvimento dos estudantes em actividades extracurriculares permite-lhes consolidar a formação curricular e também fomentar o seu desenvolvimento pessoal e social.

Assim, é importante a promoção do desenvolvimento de competências relacionais ao nível interpessoal do estudante com os próprios colegas, mas também com docentes e demais comunidade educativa. A diversificação de competências é fulcral, pois assim se contribuirá para um currículo diversificado e diferenciado aos diversos níveis, adequado ao estudante e que proporcione a este a busca incessante pelo saber, dinamismo pessoal e capacidade de autonomia e de trabalho.

São exemplos de medidas:

- Valorização da experiência profissional dos estudantes (daqueles que efectivamente a têm), com inclusão desse cuidado na gestão pedagógica das unidades curriculares, nomeadamente nos casos em que é necessário explorar a simulação de condições de meio profissional (por exemplo, na área da Nutrição Humana) ou a exploração de materiais e contextos educativos (por exemplo, na área da Educação Musical e da Educação Visual e Tecnológica);
- Estágios durante o curso, que promovem a formação em contexto real de trabalho, preparando o estudante para a vida activa (por exemplo: na área da Nutrição Humana, em que os estágios, sobretudo do último ano, são realizados em entidades nas quais as competências desenvolvidas e em desenvolvimento pelos estudantes sejam exploradas de forma profissionalmente relevante, mas pedagogicamente consistente; organização de exposições – como trabalhos de expressão plástica produzidos no âmbito do curso de

Licenciatura em Educação Visual e Tecnológica – e *ateliers* de formação – caso do projecto “InSites” – abertos à população e dinamizados por docentes e estudantes de cursos da área das artes e da Educação Visual e Tecnológica);

- Actividades colaborativas com outras entidades (Escola Superior de Saúde, Instituto Universitário, escolas do ensino básico e secundário, associações empresariais, etc.) seja no apoio para animação educativa (cursos da área da Educação), seja para rastreios em saúde (curso de Nutrição Humana);
- Actividades desportivas, pois a instituição é dotada de espaços para prática de determinados desportos;
- Formação na área das tecnologias da informação e comunicação, tendo em vista, desde logo, capacitar os estudantes para o acompanhamento das exigências e oportunidades educativas da Escola, mas sejam também relevantes para o exercício profissional.

c) As medidas de estímulo à inserção na vida activa

A instituição tem procurado, ao longo dos anos, dar contributos aos alunos no sentido do estímulo e da criação de condições favoráveis à inserção dos diplomados na vida activa. Para concretizar aqueles objectivos, têm vindo a ser tomadas diversas medidas, as quais, embora em fase de progresso, se têm revelado eficazes no apoio aos diplomados.

É de salientar que o quadro global de formações académicas asseguradas por este estabelecimento de Ensino Superior é algo heterogéneo. Deste modo, verifica-se que nesta Escola coexistem cursos de duas áreas gerais distintas. Assim, existem cursos na área da Educação, os quais estão vocacionados para o exercício profissional num tipo particular de instituições, com predomínio do sector público, sendo a oferta de emprego fora daquele domínio, muito reduzida; e existe um curso (Nutrição Humana, Social e Escolar) que, pela formação ministrada, confere aos diplomados uma grande amplitude de domínios de inserção profissional, embora actualmente com claro predomínio do sector privado em empresas na área da restauração, e da qualidade e segurança alimentar.

No âmbito do *Campus* Universitário onde esta Escola está inserida, em Viseu, foi criada em meados do ano de 2004 uma Unidade de Inserção na Vida Activa (UNIVA), com gestão interna. Este órgão tem procedido de forma regular à actualização de uma base de dados dos diplomados, o que permite a transferência de informação sobre ofertas de emprego que repetidamente chegam à instituição. A UNIVA, com a colaboração do Departamento de Relações Públicas do Campus, também dispõe de base de dados de empresas e outras instituições para efeito de envio de informações actualizadas sobre formações organizadas pelo Instituto Piaget ou por outras entidades externas mas que possam ser úteis aos

colaboradores daquelas empresas e instituições, quer estes tenham sido diplomados nesta instituição ou outra.

Em anos anteriores, e com a colaboração do Curso de Economia e Gestão, de outro estabelecimento de Ensino Superior que partilha o Campus Universitário de Viseu, foram também realizados Seminários que contaram com a participação de colaboradores do Instituto do Emprego e Formação Profissional e de Incubadoras de Empresas. Aqueles Seminários tiveram um carácter muito prático, dirigidos a matérias como a comunicação do currículo e o recurso a sistemas de apoio ao empreendedorismo e inovação e à criação do próprio emprego.

Em paralelo com as iniciativas e actividades da UNIVA, a Escola tem procurado manter um relacionamento permanente com a sociedade civil, traduzido no fluxo de informação sobre iniciativas de carácter científico e formativo, na colaboração com as autarquias locais da Região Centro, na colaboração com empresas, com escolas e com instituições do sector social, cumprindo assim um desígnio plasmado não apenas no seu Projecto Científico e Pedagógico mas também nos Estatutos e na legislação que estabelece os princípios e a forma de actuação das instituições de Ensino Superior Politécnico.

A Escola tem procurado, também, através da Direcção e das Coordenações de Curso, fazer um acompanhamento dos ex-alunos, nomeadamente prestando todo o apoio solicitado pelos diplomados, quer em termos científicos, quer em termos de elaboração de projectos profissionais. Esta actuação da Coordenação tem funcionado como um sistema de “ano de indução”, em que o acompanhamento se destina a facilitar o processo de integração na vida profissional activa. Por outro lado, o contacto facilitado, por parte da Direcção e das Coordenações de Curso, permite uma auscultação dos diplomados, sempre que considerada oportuna, quer para verificar a adequação da formação ministrada aos perfis profissionais actuais, quer para perceber eventuais necessidades de formação, concretizando os interesses em matéria de formação contínua dos profissionais.

Os ex-alunos que já recorreram em algum momento à Escola ou ao Coordenador do Curso para apoio na elaboração de projectos (incluindo alguns para estágios profissionais no âmbito do Instituto do Emprego e Formação Profissional) ou outro tipo de apoio técnico e científico foram sempre acolhidos de uma forma que a sua inserção na actividade profissional não seja entendida como a quebra de um laço formativo mas, pelo contrário, como uma extensão natural daquele processo e um reforço da coesão que deve existir para que se forme um verdadeiro espírito de grupo profissional com uma retaguarda que garanta a sustentação e promoção científica.

Uma outra preocupação da Escola tem sido a manutenção de relações institucionais privilegiadas com entidades autárquicas, com empresas e instituições (por exemplo, da área da solidariedade geral), em especial da Região Centro. Estas relações institucionais são reconhecidas como fundamentais para o exercício de uma missão essencial do Ensino

Superior Politécnico (no sentido de contribuir para o desenvolvimento da região onde se insere), para a divulgação das competências técnicas e científicas e do conseqüente potencial de trabalho dos diplomados, e para a disponibilidade de entidades com interesse para a realização de estágios e outras iniciativas com carácter formativo.

d) Medidas organizacionais

Com a aplicação dos novos Estatutos, decorrentes da aplicação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, a Escola desencadeou já no último trimestre de 2009 as acções necessárias para a (re)constituição dos órgãos de gestão científica e pedagógica da Escola.

Assim, foi alterada a composição da Direcção da Escola, com nomeação do novo elenco (Directora e Directora-Adjunta) pela entidade instituidora (Instituto Piaget); e procedeu-se à realização das eleições entre o pessoal docente, estudantes e pessoal não docente, para determinação da composição dos Conselhos Técnico-Científico, Pedagógico, Disciplinar e Consultivo.

O quadro normativo da Escola está a ser revisto na estrita medida da adequação / actualização a novos normativos legais e estatutários e à existência de novos cursos. Os aspectos conceptuais e de estrutura geral haviam sido já definidos nos anos lectivos anteriores.

6. Contributos dos estudantes e docentes sobre a concretização dos objectivos visados

O Instituto Piaget lançou em 2004, em todas as suas Escolas, um processo de reavaliação interna dos cursos, no âmbito do processo mais amplo levado a efeito pela generalidade das Instituições de Ensino Superior europeias, e decorrente do compromisso político assumido pelo Estado português em 1999, através da “Declaração de Bolonha”.

A primeira etapa aconteceu ao longo do ano de 2004 e consistiu na participação de representantes dos cursos em funcionamento no Instituto Piaget em reuniões de trabalho sectoriais, que pretendiam cobrir as grandes áreas de formação científica, tecnológica e artística no nosso país, no sentido de produzir consensos e orientações sobre as reformas a realizar nessas áreas de formação superior (por exemplo, que perfis de formação comuns devem ser implementados e que estrutura dos cursos melhor se adapta à sua concretização).

A segunda etapa consistiu numa reapreciação interna dos cursos, ao nível das suas unidades curriculares, centrada no exercício de mudança da perspectiva de observação e organização do processo educativo / formativo, em particular, a mudança de uma perspectiva centrada no docente, traduzida em objectivos (intenções) educacionais resultantes de uma

decisão exclusiva e mais ou menos pessoal sobre o valor relativo de cada conteúdo dentro de uma dada área científica, para uma perspectiva centrada no aluno, e traduzida num quadro fundamental de “competências” (incluindo-se aqui o saber, o saber-ser, o saber-fazer e o saber-estar) que deverão corresponder ao perfil exigido ao diplomado à entrada da profissão.

A partir do estudo realizado, foi iniciada uma terceira etapa, envolvendo a efectiva mudança da estrutura interna dos cursos, ou mesmo a sua substituição por outros cursos que respondem a novos perfis profissionais (como acontece no caso da Educação), em respeito pelos normativos nacionais emanados do Ministério da tutela.

Assim, foram estudados os perfis profissionais propostos pelas Comissões Sectoriais nacionais, nomeadas pelo Ministério do Ensino Superior; foram auscultados os diplomados sobre a adequação da formação recebida ao quadro efectivo de exigências teóricas e técnicas em meio profissional; foram ouvidos os alunos no que se refere às suas expectativas e dificuldades em matéria de apoio pedagógico e condições de trabalho académico; foram auscultados os docentes para se perceber e confrontar a sua visão com a perspectiva expressa pelos diplomados e alunos; e foram ouvidos os órgãos institucionais, incluindo órgãos de gestão académica e órgãos com competência em matéria científica e pedagógica.

As iniciativas acima descritas, e que decorreram na sequência de processos de auto-avaliação e de avaliação externa desta Escola, permitiram, desde logo, um conhecimento muito preciso sobre a formação ministrada e uma sensibilização do corpo docente para as questões de organização estrutural e concretização pedagógica dos cursos. Posto isto, ficou muito facilitado o trabalho de elaboração de novas propostas de cursos, em resposta a mudanças nos perfis profissionais (caso da área Educação), e de adequação de outro curso (caso da Nutrição Humana, Social e Escolar) aos novos desafios, bem como o aperfeiçoamento de conteúdos e de metodologias de leccionação.

Todo o processo de reformulação dos cursos foi acompanhado de uma mudança no perfil dos alunos desta Escola. Em particular, e como consequência da legislação produzida desde 2006 em matéria de acesso ao Ensino Superior, verificou-se uma procura acrescida por parte de indivíduos “Maiores de 23 Anos”, trabalhadores-estudantes e portadores de uma experiência profissional vasta, que induziu uma reflexão sobre a adequação dos métodos tradicionais de avaliação. As perspectivas de modificação de perfis profissionais, e as mudanças no processo de profissionalização na área da Educação contribuíram também para um retorno (reingresso) de alunos que deste modo procuram concluir a sua formação (como exemplo desta situação pode-se referir o caso de estudantes das Licenciaturas em Educação Musical e em Educação Visual e Tecnológica, já profissionalizados e com muitos anos de experiência profissional, detentores de habilitações escolares e por formação profissional – caso dos professores de música com formação do tipo do Curso Geral dos Conservatórios).

7. Publicitação do relatório

O presente relatório será dado a conhecer a toda a comunidade académica e ao público em geral.

Assim, relativamente à comunidade académica, o documento será alvo de reflexão nos órgãos de governo da instituição, designadamente, conselho consultivo onde têm assento alunos, professores e funcionários, conselho pedagógico, associação de estudantes. Quanto à comunidade em geral o seu conhecimento terá a sua eficácia através da publicação do relatório no sítio da instituição.

A Direcção

Viseu, 30 de Dezembro de 2009